

Diretores de hospitais

Eles não concordam com o controle de

desacatam ordem e saem

ponto dos médicos e a perspectiva de demissão

FRANCISCO GUALBERTO

Defesa Civil é acionada

O governador José Aparecido anunciou que hoje a Defesa Civil estará junto com os funcionários da Fundação Hospitalar, para garantir a segurança de todos, e os órgãos de segurança estarão de prontidão, para qualquer emergência. A ideia é aperfeiçoar o "tribunal do povo", já que os médicos responsáveis pelo não atendimento ainda estão no anonimato, embora isso seja possível recuperar, e será feito, segundo ele.

O Chefe do Gabinete Civil, Guy de Almeida, reuniu-se ontem à noite, em Taguatinga, com representantes da comunidade, para que todos apoiem o "tribunal do povo". Hoje, ao lado dos funcionários do GDF encarregados de lavar as denúncias, estarão representantes da comunidade.

O confronto dos médicos não é com o Governo, é com a comunidade — disse Aparecido. Ele convocou a população a comparecer normalmente aos hospitais. Se não houver atendimento, que lavem a denúncia e serão encaminhados a hospitais alternativos.

Sindicato condena ato

"A demissão dos diretores foi uma atitude inútil, autoritária, arbitrária, inconsequente e subversiva do governador José Aparecido. Subversiva porque passa por cima de diretores eleitos pela comunidade de saúde, cuja missão era não cumprir as ameaças feitas pelo GDF. O efeito disso é uma maior união da categoria, que está fazendo um movimento sério e justo, tentando resgatar as condições de trabalho no setor saúde de Brasília". Assim o presidente do sindicato dos médicos, Carlos Saraiva, classificou a atitude do governador José Aparecido, que ontem à tarde demitiu os onze diretores de hospitais da Fundação Hospitalar.

A medida foi resultado de um ofício (instrução nº 5/86 - FHDF, de 28 de maio de 1986), enviado pela manhã aos diretores das regionais determinando que o presidente da FHDF, (o secretário de Saúde Alberto Barbosa), no uso de suas atribuições, resolve: "Delegar competência ao Diretor do Departamento de Recursos Humanos para demitir servidores dos diversos órgãos que integram a administração central, ocupantes de empregos permanentes ou de empregos de comissão e delegar competência ao diretor do Hospital de Base do Distrito Federal, Coordenadorias Regionais de Saúde, diretor do Hospital de Pronto Atendimento Psiquiátrico e ao diretor do Centro de Orientação Médico-Psicopedagógica, para demitir servidores ocupantes de empregos em comissão ou empregos permanentes, lotados nas unidades que lhe são subordinadas".

Em resposta, os coordenadores e diretores de regionais e hospitais da FHDF e centro de Orientação Médico PsicoPedagógica enviaram carta ao secretário de Saúde considerando, por decisão conjunta e unânime, "inopertunas as determinações emanadas da secretaria de Saúde no sentido de assumir medidas punitivas ou que induzam a punições os servidores em greve da FHDF".

Assim à nota os diretores do Hospital de Base, Hospital Regional Asa Sul, Hospital Regional Asa Norte, Hospital Regional do Guará, Hospital Regional de Taguatinga, Hospital Regional de Sobradinho, Hospital Regional de Planaltina, Hospital Regional de Brasília, Hospital Regional da Ceilândia, Hospital de Pronto Atendimento Psiquiátrico e Centro de Orientação Médico PsicoPedagógica. A tarde os diretores foram oficialmente demitidos.

Carlos Saraiva considerou, porém, "mais grave ainda a ordem que o governador deu de nomear fiscais nos locais de trabalho dos profissionais de saúde, chegando ao requinte de autoritarismo de distribuir formulários à população, fazendo com que ela denuncie os profissionais, numa atitude policial".

Saraiva classificou de incoerente a atitude do governador José Aparecido, pois ele se recusou a receber, na terça-feira, uma comissão formada pela comunidade que se dispôs a buscar uma intermediação entre o governador e os grevistas. "No entanto, agora ele conclama esta mesma comunidade a colaborar com ele, querendo que ela participe. Só gostaríamos de lembrar ao governador que Saúde e Educação não são problemas de polícia. Isto se resolve com diálogo e entendimento".

Eleitos pelo voto direto dos servidores no dia 21 de agosto passado, os diretores dos 11 hospitais da Fundação Hospitalar pediram ontem demissão de seus cargos. O pedido de afastamento, aceito pelo governador José Aparecido, foi formalizado através de um abaixo-assinado encaminhado ontem pela manhã ao Secretário da Saúde, Alberto Barbosa, no qual os diretores se colocaram contrários ao controle efetivo do ponto dos médicos da rede oficial e ao anúncio do Governo de que haveria demissões de médicos grevistas.

Os médicos afastados são: Márcio Pallis Horta

(Hospital de Base), Luiz Torquato de Figueiredo (Hospital da Asa Sul), Walter Ramos Salgado (Hospital da Asa Norte), Lauro Seabra (Taguatinga), André Santiago (Hospital de Pronto-Atendimento Psiquiátrico), João de Abreu Branco (Gama), Marcos Antônio da Costa (Sobradinho), Francisco das Chagas (Brasília), Carlos Alberto Camargo Campos (Planaltina), Silvio Carlos Duarte (Ceilândia) e Sônia Agostini (Centro de Orientação Médico-Psicopedagógico).

O governador José Aparecido, ao tomar conhecimento do documento através do secretário Alberto

Barbosa, determinou que o pedido de demissão fosse considerado e aceito sem restrições. Mais tarde, em entrevista, Aparecido reafirmou que o pedido partiu dos próprios profissionais, afirmando que no cumprimento da lei não pode haver qualquer espécie de resistência, ainda que seja de profissionais interessados em proteger colegas.

O secretário Alberto Barbosa, encontrado no início da noite, disse que o Governo está examinando a questão das demissões com calma. Até o final do dia não havia nenhum médico demitido por não prestar atendimentos a pacientes, o que pode começar a ocorrer hoje.

Inamps vai atender pacientes

A partir de hoje, o Governo do Distrito Federal colocará em funcionamento um esquema de emergência para prestar socorro a todos os pacientes recusados pelos hospitais e centros de saúde da rede pública do Plano Piloto e cidades-satélites. Para tanto, foram montados esquemas alternativos de assistência ao público na rede de hospitais federais — Inamps, HFA, Hospital da Guarnição e HCNB.

Igualmente, o GDF montou um sistema alternativo de transporte, a fim de conduzir àqueles locais as pessoas a quem for negado atendimento nos hospitais e centros de saúde da Fundação Hospitalar. Mobilizou também uma frota de carros para, juntamente com as ambulâncias, colaborar no transporte de pacientes.

Todo o esquema de emergência está discriminado

em nota oficial divulgada ontem à noite pelo Palácio do Buriti. Nela, o governador esclarece que a greve "foi declarada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho por unanimidade. A rede hospitalar não pertence aos médicos, mas aos moradores do DF. A comunidade que tem direito à prestação desse serviço essencial, a partir de hoje, assina um termo de reclamação contra o servidor público que, afrontando a determinação judicial, recuse-se ao atendimento da assistência médica aos doentes".

Diz também que a reclamação constituirá o instrumento hábil e democrático, dentro dos preceitos da Nova República, para promover a demissão do servidor que insiste em desafiar a Lei e a Justiça, sacrificando ainda mais a comunidade.

O formulário para a re-

clamação, a ser endossado por três testemunhas, poderá ser obtido de um funcionário do GDF, de plantão especialmente para esse fim, em todos os hospitais e centros de saúde, esclarece a nota.

Durante todo o dia de ontem, o governador manteve reuniões com secretários e auxiliares sobre a greve do pessoal da Saúde. A primeira, pela manhã, foi com os administradores regionais; em seguida com o procurador-geral da Justiça do Trabalho, Wagner Pimenta, e com o presidente do Tribunal Regional do Trabalho, juiz Oswaldo Florêncio Neme e finalmente com o secretário.

Nesses encontros, o governador anunciou as providências que seriam adotadas, "com a participação da comunidade, para o cumprimento da Lei e na defesa dos direitos da população".

GDF recebe primeiras queixas

Até o final da tarde de ontem, já haviam chegado vários formulários preenchidos do Termo de Reclamação da Comunidade ao gabinete de José Aparecido, mas ele não quis informar quantos foram, nem de que maneira serão analisados, ou mesmo se serão utilizados para a formalização de demissões de médicos. Uma nota distribuída pela Secretaria de Comunicação Social, à tarde, dizia apenas que "é importante que existam três testemunhas para que o Governo tome as providências necessárias".

"Cada brasileiro vai ser, agora, um fiscal do José Aparecido" — afirmava a nota que foi distribuída informalmente ontem no Palácio do Buriti, conclamando a população a reclamar a negativa de assistência através do formulário, à disposi-

ção nos hospitais da Fundação. O Governador, em entrevista coletiva, no início da noite, reafirmou: "O Governo não pode ensinar o descumprimento à lei e a greve dos profissionais da área de saúde já foi decretada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho".

O secretário de Saúde, Alberto Barbosa, procurado no início da noite, demonstrou bastante nervosismo ao explicar que os formulários seguirão do gabinete do Governador para o seu próprio, onde serão "avaliados" para as providências necessárias. Nenhum dos membros do Governo quis fazer referências explícitas às demissões, que podem começar a ocorrer ainda hoje no corpo médico da Fundação Hospitalar. O próprio Governador, quando perguntado se já teria havido demissões em Tagua-

tinga, negou veementemente, referindo-se a "uma campanha de boatos" em torno da greve dos médicos.

Algumas denúncias, entretanto, foram divulgadas extra-oficialmente: Maria de Fátima de Oliveira Souza, residente na QND 14, em Taguatinga, esteve às 15h40, no Centro de Saúde nº 4, Setor C Norte, para vacinar seu filho de um mês contra a tuberculose. O engenheiro José Eduardo Avila, funcionário do GDF, lavrou denúncia por falta de atendimento. A alegação: falta de vacina e greve.

Outras: José Clemente de Andrade, motorista, esteve no Centro de Saúde nº 2, para tomar uma injeção. A arquiteta Maria de Fátima Gonçalves, funcionária do GDF, denunciou os médicos responsáveis pelo mesmo centro, que a mandaram para o pronto-socorro.

Secretário admite que pode sair

VANNILDO MENDES Da Editoria de Cidade

— O sr. está demissionário, secretário?

— O cargo de secretário pertence ao governador. É ele quem decide.

— Mas a tendência é o senhor permanecer?

Ele respondeu com a cabeça, em sinal negativo.

Reticente, trêmulo e profundamente tenso, o secretário da Saúde, Alberto Barbosa, deixou claro, ontem, que pode ser o próximo a cair em consequência da greve dos profissionais de saúde que entra hoje no seu 24º dia. Embora esteja contra a paralisação, ele ainda não fechou com a decisão do Governo de fiscalizar rigorosamente a ficha de trabalho e começar a demitir sumariamente os faltosos a partir de hoje. De sua decisão, dependerá o seu futuro na secretaria.

O governador José Aparecido afirmou categoricamente à imprensa, após longa audiência com o secretário e o diretor da Fundação Educacional, João Cruz, que não tem a menor intenção de demiti-lo. Pelo contrário, fez um largo elo-

gio à sua competência profissional e à sua conduta à frente da Secretaria, inclusive durante a greve dos profissionais da saúde.

Segundo Aparecido, Alberto Barbosa só sai da Secretaria se pedir demissão, "mas eu tenho certeza de que ele não fará isso. Estivemos juntos agora durante muito tempo e ele em nenhum momento falou nisso. Pelo contrário, sua preocupação é a mesma minha: de ver a situação normalizada. Tudo aqui está sendo feito com clareza, equilíbrio e serenidade. Na verdade não será ele quem vai punir médico. O povo é quem vai definir com testemunhas e documentação própria, quem está sendo omissa na sua missão hospitalar e quem deve ser punido".

— Governador, o secretário não decidiu se apoiará a decisão do Governo de demitir os grevistas — observou um repórter.

— É lógico que não. Ele é uma liderança jovem e muito respeitada na sua categoria. Não poderia estar torcendo por punições a colegas. Nem ele nem eu estamos torcendo para punir médico. O que eu estou fa-

zendo é cumprir o que a Lei me obriga. O TRT decretou a greve ilegal e não serei eu a ensinar o descumprimento da Lei — respondeu Aparecido.

Explicou, em seguida, que "o Governo vai cumprir a lei dentro de claros e democráticos mecanismos de participação comunitária. Quem está sofrendo com essa greve é a população mais carente e mais sofrida do Distrito Federal, não a classe média — como a dos médicos — que pode pagar a medicina particular. Eu não posso dar aos médicos tratamento diferenciado das outras categorias de trabalhadores, que estão colaborando com o esforço nacional pela superação das dificuldades que o País atravessa", acrescentou.

Confiando no êxito do esquema de emergência a ser deflagrado hoje para assumir o controle do sistema de saúde em substituição aos profissionais em greve, o governador disse que "entre mortos e fêridos salvaram-se todos" e que, nesses 23 dias de greve dos servidores da área médica morreram menos pessoas em Brasília.

Assembléia antecipada para hoje

A assembléia dos médicos, anteriormente marcada para amanhã, foi antecipada para hoje às 19h30, em local a ser definido — ou o Cisp (502 Norte) ou o auditório da OAB (516 Norte). A medida foi tomada em virtude dos acontecimentos de ontem, quando foram demitidos os diretores das regionais da FHDF e enviados formulários à população para que sejam denunciados e demitidos os médicos que não atenderem às consultas.

Na reunião do sindicato à noite, da qual participaram várias categorias e entidades, os médicos decidiram montar um plantão jurídico no sindicato para atender os possíveis chamados de médicos que porventura sejam levados às delegacias, como propõe a medi-

da do governador Aparecido. Serão mobilizadas as lideranças comunitárias para atuar nas portas dos hospitais pedindo à população que não assine os documentos, pois com isso os médicos serão demitidos.

Os profissionais em greve vão procurar novamente o apoio de parlamentares, para que estes exijam uma tomada de posição do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. Foram contatadas também entidades médicas federais, como o Conselho Federal de Medicina, e entidades civis, como OAB e CNBB (a ser convocada), para promover uma intermediação entre a categoria e o GDF. Haverá nova reunião dos dirigentes sindicais às 17h.

O presidente do Conselho Regional de Medicina, José

Costa, considera que está havendo um retrocesso a nível nacional, "pois o Governo tem tomado medidas repressivas e intransigentes aqui, em São Paulo e em Minas Gerais". Chico Vigilante, presidente da CUT-DF, afirmou nunca ter visto tanta "truculência. O Governo Federal tem que tomar uma atitude, sob pena de se caracterizar uma ditadura civil".

Elzira do Espírito Santos, presidente do Sindicato dos Enfermeiros, afirmou que as chefias da categoria vão colocar os cargos à disposição, assim como os médicos, chefes que ocupam cargos de confiança na Fundação Hospitalar. A categoria fará reunião do comando de greve hoje às 14h no sindicato, quando será marcada nova assembléia.